

ARQUIVO HISTÓRICO WALDEMAR BISPO DUARTE E A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS AMEAÇADOS

Lesleyanne Rodrigues de Lima¹
Sara Kelly de Souza Silva²

INTRODUÇÃO

O presente artigo expõe um panorama sobre as atividades desempenhadas no núcleo de trabalho do *Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte*, da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego/Paraíba, vinculado ao Projeto EAP 627: “*Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica dos séculos XVII ao XIX em São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil*”. O referido projeto objetiva digitalizar uma vasta coleção de documentos ameaçados de desaparecimento pela degradação imposta pelas intempéries da atividade humana e temporais. Este se compõe de três frentes de trabalho que funcionam em desenvolvimento simultâneo: o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego e o Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres do São João do Cariri.

O referido projeto é coordenado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI-UFPB), o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB), ambos da Universidade Federal da Paraíba, tendo como intermediária a Universidade Vanderbilt e com o apoio financeiro da Biblioteca Britânica (Londres, Inglaterra). Possui uma equipe composta por 4 professores(as), 2 da Universidade de Vanderbilt e 2 da Universidade Federal da Paraíba, 4 bolsistas de graduação, uma mestranda e, atualmente, 3 voluntários, estudantes de graduações e mestrandos.

A documentação é extremamente rica em informações que contribuem para estudos relacionados à escravidão, populações escravizadas, povos indígenas, miscigenação racial e cultural, elites políticas e econômicas, e distribuição da terra no Nordeste brasileiro, especialmente na capitania e na província da Paraíba.

Tendo em vista a fundamental necessidade de preservação da documentação histórica, este estudo tem como objetivo relatar os resultados da digitalização de documentos ameaçados no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, buscando

¹Graduada em Ecologia na UFPB, lesley_rodrigues@hotmail.com

²Graduanda em História na UFPB, sarahist14@gmail.com

inclusive incentivar a iniciativa de projetos que visem salvaguardar, restaurar, preservar e divulgar fontes de informação.

HISTÓRIA DO ARQUIVO HISTÓRICO WALDEMAR BISPO DUARTE

O Arquivo Histórico Waldemar Duarte teve sua inauguração no dia 2 de junho de 1987, durante a gestão do Governador do Estado da Paraíba, Tarcísio Burity (1979-1982). O jornalista e escritor Waldemar Duarte foi o primeiro diretor do então denominado Arquivo Histórico da Paraíba (FUNESC, 2014). Waldemar Bispo Duarte morreu no dia 4 de setembro de 2004, aos 87 anos. Ele ocupava a cadeira número 1 da Academia Paraibana de Letras e foi o primeiro bibliotecário formado na Paraíba, tendo seu diploma emitido pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FUNESC, 2014). Logo após a sua morte, o atual diretor do arquivo resolveu solicitar à direção da FUNESC que o nome do arquivo fosse modificado para homenageá-lo.

Desde então, o Arquivo Histórico se mantém em funcionamento atendendo aos pesquisadores e ao público em geral. Em 2013, o governo do Estado aprovou e pôs em prática o projeto para reformar o edifício da FUNESC e, conseqüentemente, o espaço destinado ao arquivo. É a primeira reforma após 27 anos de existência, visando melhorar o ambiente onde se guardam diversos documentos de valor inestimável, tanto quanto o acesso ao público e funcionários. Jardim (1995, p. 7) afirma:

Na América Latina e, especificamente, no Brasil, a precariedade organizacional dos arquivos públicos e o uso social incipiente da informação governamental expressam a trajetória de suas administrações públicas, bem como suas condições políticas, econômicas e sociais.

O projeto EAP 627 é o primeiro de digitalização de documentos ameaçados no estado da Paraíba e, conseqüentemente, é a primeira iniciativa no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte.



Figura 01: A documentação e a equipe de digitalização, 2014.
Fonte: Projeto EAP.

A Figura 01 mostra, na parte de cima da esquerda para a direita, no sentido horário, parte das estantes deslizantes pertencentes ao arquivo, os livros sesmarias e registros de terras que sofreram o processo de encadernação. Há também imagens de parte da equipe de bolsista do EAP 627, em atividade de digitalização e, por fim, alguns livros de correspondência do presidente de província, também encadernados com capa dura.

MEMÓRIA, ARQUIVOS E PRESERVAÇÃO

A salvaguarda de arquivos documentais é essencial para a preservação da memória por meio de testemunhos físicos que evocam a história através de um elemento eminentemente tátil, fator que diversas vezes enaltece a veracidade do documento pela psicologia coletiva. Segundo Le Goff (1996), o termo *documento* tem origem latina e evoluiu para o significado de ‘prova’, ‘papel justificativo’, testemunho escrito, sendo amplamente usado no vocabulário legislativo. Portanto, documento é a informação em um suporte que serve de prova, testemunho, e elemento importante para a memória.

Sobre a construção da memória, Castro (2008, p. 20) afirma:

Na memória “preservada” como de *interesse histórico* há sempre a intervenção de pessoas que fazem e determinam aquilo que é (e o que não é) relevante para ser guardado, e aquilo que deve ser descartado.

A manipulação da memória coletiva, a partir das diversas seleções pelas quais os documentos são submetidos, deve ser um dos focos de estudo do pesquisador, tendo em vista que a construção da memória perpassa por interesses políticos, sociais, econômicos e de ordem privada. A história do documento pode revelar muito sobre seu titular (quem o escreveu) e os contextos históricos transcorridos na vida do documento, pois mesmo quando ele não exista mais, podemos extrair diversas análises sobre sua subtração.

Em seu livro ‘História e Memória’ (1996), Jacques Le Goff dedica um capítulo para trabalhar a evolução do conceito de memória nos vários modelos de sociedade humana. Ao finalizar o texto, que aborda a forma como a memória coletiva é manipulada pelos grupos dominantes e como ela se incorpora à psicologia individual a fim de manter a ordenação estabelecida, o autor conclui:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1996, p. 477).

Nesse contexto, a preservação dos dados de arquivos documentais é o foco do Programa de Arquivos Ameaçados (Endangered Archives Program, EAP), da Biblioteca Britânica. Para tanto, devemos definir o conceito de arquivo e suas implicações para a propensão do projeto aqui estudado. No sentido de distinguir as formas como os documentos podem ser armazenados pelas instituições de guarda, que seriam o destino final dos mesmos após o caminho percorrido com o titular e os intermediários, Castro (2008, p. 26) infere:

Bibliotecas e museus são, em geral, instituições colecionadoras, que reúnem certo tipo de material que interessa à sua especificidade, através da compra, doação ou permuta. Já os **arquivos** são, em geral, instituições receptores de *fundos documentais*, que recebem e guardam documentos provenientes de uma mesma origem [...]. Esses documentos, produzidos ou acumulados por tais entidades no transcurso das atividades ou funções, guardam uma relação “orgânica” entre si. Em arquivologia, costuma-se respeitar como regra de ouro o princípio da proveniência dos arquivos – *respects des fonds* (...).

Castro (2008) ainda pontua a singularidade dos documentos de arquivos, pois, a documentação geralmente é constituída de exemplares únicos e raros. Nas unidades arquivísticas, o tratamento técnico dado ao acervo tende a organizá-lo em séries de

acordo com sua origem; inclusive, as instituições dispõem de uma *linha de acervo* que direciona os tipos de arquivos recebidos pelas mesmas.

O documento, portanto, não preexiste ao arquivo: um determinado artefato se constitui em documento na medida em que é associado, por diferentes pessoas, a uma série de concepções de valor, memória e passado que o levam a ser preservados (CASTRO, 2008, p 29).

Sobre a preservação de bens culturais, Cassares (2011) delimita três vertentes: conservação preventiva, ações indiretas para possibilitar a prudente utilização dos documentos arquivísticos mediante regras que maximizem a vida dos mesmos; conservação, ações diretas para salvaguardar a estrutura física e/ou dados do documento; e restauração, trabalho direto para melhorar as condições físicas do documento a fim de facilitar a conservação e as pesquisas envolvidas com os mesmos.

A principal meta do projeto de digitalização (EAP 627) é a conservação direta dos dados do documento, trabalhando, também, no sentido complementar de auxiliar a organização e catalogação do acervo. Nesse sentido, faz-se fundamental a boa relação entre nós, pesquisadores, e as pessoas que trabalham no local do arquivo. Castro (2008) pontua a necessidade de uma relação dialógica entre as partes para que a pesquisa seja mais produtiva e próspera.

O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO

O processo de digitalização em arquivos é um mecanismo essencial para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais que estão bastante danificados, e ainda não passaram por algum restauro. Dessa forma, a criação de um arquivo digital pode possibilitar o acesso dos documentos de uma maneira bem mais expansiva, através da divulgação em *sites* especializados.

De acordo com Cassares (2011, página),

Há um crescente número de modelos de projetos de digitalização. Mas para adotar este procedimento como rotina é prematuro para a maioria das Instituições. Para aqueles com acervos mais sofisticados, verbas orçamentárias mais elevadas e com pessoal altamente treinado, a digitalização pode ser adotada, porém com muito critério nos procedimentos que regem a Preservação.

A digitalização realizada pelo projeto EAP 627 consiste em digitalizar da capa ao verso da contracapa e segue com normas propostas pela Biblioteca Britânica, como também todo o material que utilizamos.

CÂMERA	AV	
	F8	Configurações que a máquina deve conter de acordo com a Biblioteca Britânica
	ISO 200-400	
	JPEG + RAW (CR2)	Exigência da Biblioteca Britânica: o uso de dois formatos de imagens
MATERIAIS	Tabela de cores	Confirmar a veracidade das cores capturadas nas fotografias
	Régua	Dimensionar o tamanho do documento
	Disparadores	Impedir que as imagens ficassem trêmulas, embaçadas e/ou ilegíveis
	Feltro preto	Utilizado como fundo da imagem para contrastar o documento
EQUIPAMENTOS	Tripés	Para firmar a máquina digital
	<i>Notebook e HD externo</i>	Usado para criar os arquivos
	<i>HD externo</i>	Exigência da Biblioteca Britânica que, ao final do dia de trabalho, seja realizado o <i>back up</i> da documentação digitalizada

Quadro 1: Equipamentos e materiais utilizados na digitalização documental.

Podemos melhor visualizar o Quadro 1 através da Figura 2 que mostra os equipamentos e materiais utilizados na digitalização.



Figura 2: Equipamentos e materiais de digitalização, 2014.

RESULTADOS

O processo de digitalização dos documentos selecionados do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte é desenvolvido na Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC), localizada na cidade de João Pessoa. A massa documental é composta por 133 volumes manuscritos, sistematizados da seguinte forma: Registro de Sesmarias (1704-1824); Registro de Terras (1854-1865); Cartas Patentes (1776-1865); Atos de Governo (1823-1889); Chefia de Polícia (1842-1877), entre outras. O recorte temporal dos documentos selecionados é de 1704 a 1888.

Atualmente, digitalizamos cerca de 25% da documentação selecionada, que corresponde ao total de 11.267 imagens (formato *CR2* ou *JPEG*). Formatos estes que são exigidos pela Biblioteca Britânica. O projeto continua em andamento apenas no Arquivo Histórico, tendo sido concluída a digitalização no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e na Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres¹.

Infelizmente, ocorreram alguns problemas que atrasaram os trabalhos de digitalização no Arquivo Histórico: primeiro, a reforma do edifício que após um ano do seu início continua em andamento; segundo, o estado de conservação da documentação, livros bastante danificados (Figura 03) que requereram um maior cuidado no manuseio; e, por último, o roubo, nesta instituição, de parte do nosso equipamento, contribuindo para esse ínfimo número de imagens.

¹ Vale ressaltar que a digitalização da documentação do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, do município de São João do Cariri, e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano foi finalizada. Os dois arquivos contribuíram com mais de 30 mil imagens.

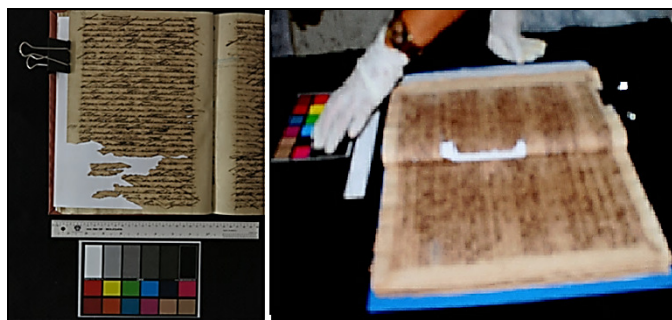


Fig. 03: Estado de conservação da documentação do Arquivo Histórico, 2014.
Fonte: Projeto EAP 627

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de digitalização continua em andamento no Arquivo Histórico e a previsão de término seria no final do ano corrente (2014), mas acreditamos que vamos chegar ao mês de fevereiro de 2015.

O Projeto EAP 627 tornou possível a formação de uma equipe especializada, mas em constante processo de aprendizado, no correto desenvolvimento das atividades do projeto: digitalização e sistematização dos dados. Nossa fase seguinte será a disponibilização dos arquivos em *sites* especializados.

Reafirmamos que o principal interesse deste projeto é construir um acervo digital que contribua para a salvaguarda e preservação da memória, apropriação da história pelos sujeitos sociais, efetivando a formação cidadã dos indivíduos e dos grupos sociais, tendo em vista que esses processos corroboram, em cada instância de suas atuações, a construção de uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

CASSARES, Norma Cianflone. **Política de Preservação de Documentos Arquivístico**. Arquivo do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em: www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/pdf/ciclopalestras9.pdf. Acesso em: 21 nov. 2014.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.

FUNESC. Fundação Espaço Cultural. Disponível em: http://www.funesc.pb.gov.br/cultura/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=34. Acesso em: 20 nov. 2014.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**. Vol. 25, número 2, p. 1-13, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

MARQUES, Mario Osorio. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 4. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. Apropriação e fruição coletivas do patrimônio cultural na construção da cidadania. In: CEBALLOS, Rodrigo; BEZERRA, Josineide da Silva (Orgs.). **História, memória e comemoração**. Campina Grande: Ed. UFCG, 2012.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.